



ASPI-UFF

12 anos Julho 2004 - Ano XII - Nº 6

ASPI-UFF 1992-2004: Celebrando a resistência

O dia 14 de julho teve o selo da resistência. Este dia, cheio de significados históricos, foi marcado, por séculos, pela lembrança das lutas pela liberdade e pela queda do símbolo da opressão – a Bastilha. Em 1992, neste dia e nesta década de 1990, as universidades públicas novamente eram conclamadas a resistir: enfrentavam a sua Bastilha. Junto às políticas que inibiam o seu crescimento, fruto de um modelo econômico perverso, tentou-se também paralisá-las, atingindo-as no que tinham de mais precioso: o saber e o conhecimento acumulado por anos de preparação, de ensino, de pesquisa, de sacrifício, de dedicação do seu corpo docente.

Como servidor público, o professor era demonizado perante a opinião pública. Ao mesmo tempo, a legislação da era Collor agia de maneira perversa ao conduzir centenas de professores à aposentadoria. Todos nós, segundo a legislação e a Constituição, já tínhamos tempo para nos aposentarmos, mas estávamos longe de pretender isso. Sentíamos que naquele momento, com nosso conhecimento amadurecido por anos de investimento na área acadêmica, muito poderíamos contribuir para o avanço da universidade. Para nossa frustração, fomos praticamente obrigados a renunciar a nossos planos frente ao dilema de requerer aposentadoria dentro de prazos inexoráveis ou perder os direitos adquiridos.

Que fazer? Muitos de nós continuamos a servir a universidade, para que não se apagasse a tocha do saber. Outros procuraram novos empregos. Mas não queríamos que vínculos estabelecidos por tantos anos – vínculos fraternos – como alunos, professores, orientadores se perdessem. Nesse dia 14 de julho de 1992 não sabíamos ainda que estávamos nos preparando para avançar sobre novas Bastilhas. Um grupo de professores se reuniu com a idéia de fundar uma associação para que não se completasse o afastamento da vida acadêmica: e surgiu a Associação dos Professores Inativos da Universidade Federal Fluminense, a ASPI-UFF.

A nova associação encontrou entusiasmo e reações negativas. Reafirmou-se, então, o seu caráter não sindical. No princípio, pensávamos em continuar nossas atividades intelectuais e estreitar o convívio que às vezes as lides acadêmicas tornavam mais difícil. O lazer foi então uma prioridade, até porque os nossos proventos ainda não tinham sido corroídos pelo mesmo modelo econômico que deu origem às nossas aposentadorias. Não tínhamos uma sede própria e ocupávamos um espaço cedido pela Universidade. Nesse período atraímos novos membros, estreitamos os laços de solidariedade, reforçamos nossa disposição e construímos nossa unidade. A Bastilha era uma sombra ainda distante, mas que começava a crescer.

(Continua na página 8)

Nossa sede: sonho realizado nesses doze anos de vida...



Notícia

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO
DOS PROFESSORES INATIVOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Editorial

Este mês, em que pesem as angústias que temos passado e, conseqüentemente, a continuação de nossas lutas – pois esmorecer, jamais! – vamos dar uma trégua (mas somente em nosso boletim), “...Cesse tudo o que a Musa antiga canta, Que outro valor mais alto se alevanta...” Sim! É tempo de FESTA; tempo de, em primeiro lugar, agradecer ao Senhor pelos nossos êxitos e, por que não, nossas derrotas também, pois só quando “tropeçamos” é que temos a oportunidade de nos levantar, crescer, amadurecer.

Já é corrente que, no alfabeto chinês, o mesmo símbolo que significa crise (perigo) também quer dizer oportunidade. Assim, temos que concordar com eles, mas não priorizemos o primeiro termo; vamos nos pautar pelas oportunidades, buscar o lado positivo, pois as crises (externas) que temos enfrentado ao longo desses 12 anos têm-nos permitido praticar nossa cidadania, mostrar nossa união, fortalecer-nos mutuamente e defender nossos direitos! Exercitamos, com ela, nossa coragem, fé e garra. Somos otimistas; queremos e temos de sê-lo, para contagiar aqueles que se encontram enfraquecidos ou desanimados, ou mesmo ainda distantes. E os convidamos, a todos: venham para a ASPI! Estamos de braços abertos!

*Camões, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Canto I. 1572.

A ASSISEFE e o MOSAP confiam no STF

A ASSISEFE – Associação dos Servidores e Pensionistas do Senado Federal e o MOSAP – Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas, formado por aproximadamente setecentas entidades de servidores ativos, aposentados e pensionistas, dos três níveis de governo – federal, estaduais e municipais e Distrito Federal do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo não se conformam e não concordam com a insinuação de que o Supremo Tribunal Federal possa vir a julgar, de acordo com a vontade e conveniência do governo executivo federal, e pressões igualmente dos governos executivos estaduais e municipais, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade números 3105 e 3128, respectivamente ajuizadas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CNAMP – e Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR –, ambas denunciando a flagrante inconstitucionalidade do artigo 4º da Emenda nº 41, de 2003, contrariando o disposto nos artigos 5º, inciso XXXVI, 150, inciso II e 60 parágrafo 4º, inciso IV da Constituição.

O Instituto MOSAP e a ASSISEFE entendem a manifestação do advogado-geral da união, Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, como o cumprimento de prerrogativa de seu cargo que é a de defender o Governo, mesmo nas coisas mais absurdas, e esta é uma delas.

O que o Instituto MOSAP e a ASSISEFE não podem compreender e jamais aceitar é que um ministro de Estado, o da Previdência Social, eminente jurista e senador rondoniano, relator do processo de *impeachment* do presidente Collor, faça visita ao presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, ex-membro integrante do PMDB e parlamentar constituinte, Dr. Nelson Jobim, para externar a preocupação do Governo em relação ao resultado da votação das duas citadas ADINS!!!

Para nós e para qualquer jurista que se preze, esta foi uma intromissão absolutamente desqualificada e impertinente. Por acaso o Supremo não é composto de homens sábios e de condutas ilibadas e sólidos conhecimentos jurídicos? Por acaso

o Supremo Tribunal Federal não é tido pela sociedade brasileira e, por todas as instituições que compõem a Nação Brasileira como guardião da Constituição Federal?

O ministro Amir Lando, seguramente representou o governo executivo federal muito constrangido, pois, certamente, cumpria ordens superiores.

Ora, se o STF é um poder independente e competente, entre os três poderes – o Legislativo, o Judiciário e o Executivo –, definitivamente não poderá jamais aceitar “recados” daqueles poderes, sob pena de ferir a consciência Nacional, e de até mesmo desautorizar a Procuradoria Geral da União, que, demonstrando um notável saber jurídico e num ato de coragem e independência, proclamou inconstitucional o artigo 4º da Emenda nº 41 de 2003, em suas alegações enviadas à preclara ministra Ellen Gracie Northfett, que proferiu seu voto, reconhecendo a flagrante inconstitucionalidade do artigo 4º da Emenda nº 41.

O ministro Amir Lando e o governo estão preocupados com o impacto das contas, isto é, do ajuste fiscal. Pouco se lhes importa o absoluto desrespeito à Constituição, principalmente com o artigo 60, parágrafo 4º, inciso IV e o artigo 5º, inciso XXXVI, tudo em nome de uma solidariedade.

O presidente Lula, em sua campanha eleitoral, sempre afirmou que respeitaria os direitos adquiridos, os atos jurídicos perfeitos e as coisas julgadas. E, como constituinte que foi, juntamente com o excelentíssimo senhor presidente do STF, Nelson Jobim, votou a Constituição Cidadã de 88, com o artigo 60, proclamando Cláusulas Pétreas os seus conteúdos.

O Governo tem a competência para convocar uma Assembléia Nacional Constituinte originária, e esta sim, poderá refazer toda a atual Constituição, inclusive suprimir o artigo 60!

E a decepção venceu o medo. No Executivo esta não pode se transformar em desilusão pela mais alta corte de justiça do País. a) Edison Guilherme Haubert. Presidente do MOSAP, vice-presidente da ASSISEFE e diretor de aposentados do SINDILEGIS.

ALTAIR AZEVEDO um exemplo a ser seguido

Ao fecharmos a edição do nosso boletim, recebemos uma triste notícia: deixounos a professora Altair Azevedo e, como todos os meses deste ano – Ano Internacional da Mulher –, nos dedicamos a homenagear uma personalidade feminina que tenha, por sua vida e obra, se destacado, não poderíamos deixar passar esta oportunidade sem prestar nosso tributo a esta aspiana, que tanto bem semeou e que será sempre guardada nos corações daqueles que tiveram o privilégio de trilhar com ela os “caminhos da vida” e a quem tanto beneficiou, nos seus 87 anos de existência...

Pessoa ímpar, na acepção do termo, mas múltipla na construção da fraternidade, da solidariedade e do amor, a professora Altair era uma pessoa simples, mas emanava, com sua personalidade forte – e muitas vezes incompreendida –, um “quê” de autoridade que impressionava àqueles que não a conheciam... Arredia a afagos, tinha um “coração de manteiga” e afagava a todos com sua dedicação, fé e trabalho. Não vivia para si, ou melhor, vivia para o “outro”, tendo-se dedicado, de corpo e alma, a um “oásis” – o CEJOP –, que criou em 1955 (2 de julho) para melhor defender e cuidar daqueles que precisavam de ajuda ou que, sem condições financeiras, necessitavam de tratamento para sua recuperação. Paciente e generosa, ela tinha, como disse dela a professora Maria Delque dos Santos S. Martins, “um espírito franciscano...”. Professora da UFF, iniciou sua atividade acadêmica na Faculdade de Serviço Social, onde foi uma de suas diretoras e, mais tarde, foi para a Faculdade de Educação, onde semeou muita admiração e construiu sólidas amizades.

Mas, falar da professora Altair é falar, principalmente, a respeito da instituição que fundou, pois foi nela que deixou impregnada sua marca de assistente social e de educadora que era.

Religiosa e devota de São José, ao santo recorria – e era atendida! – sempre que as “coisas” ficavam difíceis. Guerreira, enérgica e dinâmica, conseguiu transformar um barracão (sede provisória do CEJOP, onde, em 1957, os primeiros jovens cejopianos planejavam atividades de cultura, lazer e cidadania) num prédio que, hoje, abriga vários projetos e serviços, que vão desde atendimento médico (ginecologia, otorrinolaringologia e homeopatia) e nas áreas de odontologia, serviço social, psicologia, terapia ocupacional, fisioterapia, massagens, shiatsu/shantala, e exames (audiometria, timpanometria e preventivos). Também há cursos de pintura em tecido, artesanato, reforço escolar. Ainda fruto de seu idealismo, abriu no CEJOP uma Escola Especial (que batizou de Escolinha São José), para crianças de 7 a 14 anos com dificuldades de aprendizagem. Como educadora, buscou no lazer uma forma de aproximar os jovens e lhes passar lições de cidadania, razão de ser da Colônia de Férias em Rio das Ostras. Aliás, acreditava tanto na importância do lazer, que o usou como tema de um de seus quatro livros (o último está pronto para ser lançado): “O lazer modifica o comportamento”.

Da professora Altair falamos os jovens da “Turma do ASEMA” – Apoio Socioeducativo de Meio Aberto, composto de crianças e adolescentes de comunidade de risco, em horário em que não estão na escola, com atividades lúdico-terapêuticas, artesanato e reforço escolar: “A Dona Altair é gente (...) E o CEJOP será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de ‘ilha cercada de gente por todos os lados’. Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não têm amizade a ninguém. Nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante no CEJOP não é só ter assistência, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se amarrar nele. (...)”. Que lição!

No dia 2 de julho, quando o CEJOP completar 49 anos, a professora Altair não estará mais presente, mas, temos a certeza de que a sua presença será “sentida” por todos... Com o nosso carinho a você, professora Altair Azevedo!

Publicação do Departamento
de Difusão Cultural da
Associação dos Professores Inativos
da Universidade Federal Fluminense

Jornalista responsável:

Neusa Pinto – Reg. MTPS nº 12.255

Equipe de redação:

Ceres Marques de Moraes,

Ana Maria dos Santos e Neusa Pinto

Data de fundação da ASPI-UFF:

14 de julho de 1992.

Sede:

R. Passo da Pátria, 19 – São Domingos,

CEP 24210-240 – Niterói, RJ

Tel.: (21) 2622-9199

Telefax: (21) 2622-1675

E-mail: aspiuff@urbi.com.br

ou aspiuff@veloxmail.com.br

Site: <http://users.urbi.com.br/aspiuff/>

Diretoria Biênio 2002/2004

Presidente:

Aidyl de Carvalho Preis

1º Vice-Presidente:

Joaquim Cardoso Lemos

2º Vice-Presidente:

Lúcia Molina Trajano da Costa

1ª Secretária:

Magaly Lucinda Belchior da Mota

2ª Secretária:

Léa Souza Della Nina

1ª Tesoureira:

Dalva Regina dos Prazeres Gonçalves

2ª Tesoureira:

Celina Tavares Coelho da Silva

Conselho Deliberativo (membros efetivos):

Sheilah Rubino de Oliveira Kellner – Presidente

Acrisio Ramos Scorzelli – Vice-Presidente

Teresinha de Jesus Gomes Lankenau – 1ª Secretária

Ilka Dias de Castro

Hilda Faria

Isar Trajano da Costa

Salvador Alves Pereira

Luiz César Aguiar Bittencourt Silva

Jorge Fernando Loretto

Ana Maria dos Santos

Conselho Fiscal (membros efetivos):

Maria Helena de Lacerda Nogueira – Pres. em exercício

Amanda Celeste Pimentel

Ana Pedreira Boechat – Secretária

Maria Therezinha A. Lyra

Nésio Brasil Alcântara

Departamento de Saúde:

equipe liderada por

Mafsa F. de C. Araújo

Departamento de Assuntos Acadêmicos:

Marylena Carvalho (Licenciada)

Departamento de Direitos:

Maria Nazareth Martins Ramos

Departamento de Difusão Cultural:

Ceres Marques de Moraes

Departamento de Integração Comunitária:

Maria de Lourdes Caliman

Departamento de Lazer

e Promoção Social:

Respondendo pelo expediente:

Léa Souza Della Nina

Projeto Gráfico:

Cecília Jucá de Hollanda

Revisão:

Damião Nascimento

Serviços Gráficos:

Gráfica Falcão

ASPI-UFF Voluntário

Renovadas alegrias enchem os corações daqueles que se dedicam a ajudar o próximo, pois, como dizia S. Francisco de Assis: “é dando que se recebe...”. Além disso, contribuir na busca de soluções para problemas que, no dia-a-dia, atormentam os mais desfavorecidos, ou mesmo mostrar a presença amiga, oferecer “aquele” ombro e palavras de conforto é, por si só, muito gratificante e é assim que trabalham os integrantes do Grupo de Voluntários da ASPI. Sentem que têm uma missão a cumprir! Não se deixam quedar impassíveis diante de tanta desigualdade, tanta indiferença... Mas, ainda são poucos. E há muito a fazer! O caminho está aberto e todos estão sendo convidados a participar, a lutar por um mundo melhor, mais justo e igualitário, a contribuir com um pouquinho de seu tempo e atenção, e minorar o sofrimento dos que nada ou muito pouco têm... E temos tanto! Todos temos alguma coisa para dar – e há tantos necessitados – e não falamos apenas do que é material, é claro. Muitas vezes, vale mais um sorriso do que uma moeda. Então, vamos participar mais? Os interessados em participar do projeto ASPI-UFF Voluntário (não precisam dispor de muito tempo) podem entrar em contato com as professoras Lúcia Molina, Maria de Lourdes Caliman ou Sheillah Kellner, na ASPI.

E, para mostrar mais um pouco do trabalho deste grupo, “falaremos” das últimas visitas realizadas: às Creches Betânia (em maio) e Atalaia e à Conferência Nossa Senhora do Rosário, no mês de junho.

A Creche Betânia, que funciona na Av. Rui Barbosa nº 679, em São Francisco (Niterói), está em atividade há 16 anos e atende a 95 crianças de dois anos e meio a seis anos e meio, em tempo integral, filhos de empregadas domésticas residentes na Grota do Surucucu, no mesmo bairro. A alimentação bem planejada e balanceada tem resultado em mudanças visíveis na pele das crianças, no comportamento e no aproveitamento escolar. Como outras instituições congêneres, a Creche resente-se da falta de profissionais voluntários na área de saúde, auxiliares para as professoras em salas de aula, contadores de histórias, professores de educação física, música ou instrumentais e marceneiro. Também necessita de apoio financeiro, ou de pessoas que “apadrinhem” crianças, doando, mensalmente, uma contribuição (mínimo de R\$15,00), para o sustento da creche. Outra demanda: onde conseguir areia limpa para forrar o solo do parquinho. Interessados em colaborar poderão entrar em contato com a professora Renata Wagner Nogueira – tel.: 2704-2381.

A Creche Atalaia Sebastião Luiz Tatagiba funciona na Ititioica (Rua do Bispo D. João da Mata 18, fundos). Com um efetivo de 14 funcionários (e um pequeno grupo de voluntários), atende a 90 crianças de idade entre dois a seis anos, todas residentes no Morro do Atalaia, oferecendo-lhes quatro refeições diárias, orientação pedagógica, atendimento de fonoaudiologia, de psicologia, odontológico e assistência social. Como a verba dos convênios da FIA (Fundo para a Infância e o Adolescente, do estado) e da Prefeitura de Niterói não foram repassadas, a instituição está passando por sérias dificuldades financeiras, necessitando de doações, de alimentos não-perecíveis (menos leite), material de limpeza, de voluntários de odontopediatria, médico pediatra, nutricionistas e auxiliares em geral. Também necessita de “padrinhos” e “madrinhas” que possam se comprometer mensalmente, contribuindo com uma quantia de R\$ 20,00 (os carnês poderão ser pegos na secretaria da Creche, ou na do Santuário das Almas). Interessados em ajudar podem entrar em contato com o Sr. Ronaldo Augusto Nascimento – Tel.: 2710-2703, ou com a professora Maria de Lourdes Caliman, na ASPI.

No dia 2 de junho, a equipe do ASPI-UFF Voluntário visitou a Conferência Nossa Senhora do Rosário, do Santuário das Almas, que atende a 250 famílias carentes do Morro do Estado e do Atalaia e ainda a 86 vovós, que participam de atividades diversas, sob a coordenação do grupo da Solidariedade do Santuário. Realiza, com a colaboração de Vicentinos das outras conferências do Santuário, plantões de assistência duas vezes por semana, atendendo a pessoas que procuram a Paróquia para as mais diversas necessidades.

Os Vicentinos, em número de dez, realizam, semanalmente, palestras elucidativas contando com profissionais nas áreas de saúde, educação, serviço social, psicologia, nutrição, ciências sociais e direito, e desenvolvem atividades que propiciam um melhor relacionamento dos assistidos com Deus, consigo mesmo, com os outros e com todo o universo que os cerca. Além de oferecer tais “instrumentos de cidadania”, o grupo ainda distribui cestas básicas aos mais necessitados, obtidas da “Campanha do Quilo”, do Santuário e da “Campanha do Apadrinhamento”. No momento, a instituição necessita de 50 cobertores, “para que todos possam ter o seu”. E, foi lançada a Campanha do agasalho (novos e usados em bom estado), para crianças e adultos. Os interessados em ajudar poderão entrar em contato com a professora Maria de Lourdes (2710-2705), ou com o Sr. Ronaldo (2611-8667), e as colaborações poderão ser entregues no Santuário ou na ASPI.

Nota de falecimento

Com muito pesar, comunicamos o falecimento das aspianas professoras Altair Azevedo, Fadine Carvalho Peixoto e Luiza Xavier de Brito Sousa. Que o Senhor Deus da Vida as receba em sua infinita misericórdia e conceda a seus familiares e amigos fé, conforto e paz.

ASPI-UFF na procissão de Corpus Christi

Ficou muito bonito o tapete da Igreja de São Domingos, em homenagem à festa do Corpo de Deus, construído a partir do desenho da aspiana Sheillah Rubino de Oliveira Kellner, como contribuição da ASPI. No próximo número, tentaremos divulgar o “talento” de Sheillah, publicando a foto de como ficou o belíssimo tapete para a passagem da procissão, no dia 10/6, na Av. Amaral Peixoto, em Niterói...

“A arte de ver a Arte”

Despertou grande interesse dos aspianos a realização, nos dias 13 e 20 de maio, deste curso. Cerca de 35 pessoas estiveram na ASPI para assistir às palestras do prof. Antonio Machado, que contribuiu com certificados e apostilas.

“Que outras oportunidades análogas a essa se repitam”, foi a solicitação de muitos presentes...

Grandesformatos

Este, o nome da coletiva que será realizada entre os dias 15 de junho e 1º de agosto, no Museu Antônio Parreiras. No programa, 12 obras inéditas, pintadas em 2004 especialmente para o evento por artistas de renome, e que tem a curadoria do conhecido artista plástico Antônio Machado, que também exporá. O Museu fica localizado na Rua Tiradentes 47, Ingá, em Niterói. Tel.: 2127-8728. Compareçam!

Aumento dos servidores

Segundo a fonte ANASPS onLine (11/6), o governo descartou o aumento linear de 2,67% e deu aumento diferenciado para alguns. A maioria continua com aumento zero.

Amargando perdas em 10 anos de FHC que chegam a 128%, grande parte dos servidores até a presente data ainda não sabe de quanto será (?) seu aumento: “os ‘marketeiros’ do PT, acreditando que o desgaste é grande, decidiram levar o governo a desistir do aumento linear de 2,67%”, levando o “ministro Guido Mantega a propor a ‘solução mágica’ de aumento diferenciado, com base em aumento em gratificação de desempenho. Aí o encontro soltou um número mandrake de que o aumento seria de 12,85 a 32,7% para os ativos e de 9,5 a 29,38% para os inativos. Esta mágica poderia beneficiar 905 mil servidores e deixar de fora outros 786 mil. A idéia, acreditem, ganhou adeptos entre os

membros da CUT, cuja cúpula tem sido beneficiada com todos os tipos de sinecura”. A fonte informou, ainda, que no encerramento de sua edição (11/6) “tinham sido contemplados com aumento diferenciado: 145 mil servidores da FASUBRA e SINASEF; 393 mil da CONDSEF; e 261 mil da FENASPS e CNTSS. As demais categorias ainda não fecharam o acordo mágico do aumento diferenciado”.

Fonte: *ANASPS on Line*. 11/6/04.

Grupo Debates em ação

Às quintas-feiras, das 10 às 12 horas, vem se reunindo, na ASPI, o grupo constituído no momento pelos professores Ceres Marques de

Moraes, Jorge Fernando Loretti, Robert Preis, Célio Pereira da Silva, Hilda Faria e José Lisbôa Mendes Moreira.

Em 2004, os textos da Reforma da Previdência e da Reforma Universitária têm sido objeto de análise do grupo, quando são usados documentos oficiais a respeito desses temas e comentários diversos. Por meio da manifestação dos presentes percebe-se o real sentido de cada um, muitas vezes diverso do que vem sendo divulgado pelos membros do governo em seus pronunciamentos e pela própria mídia.

O debate é ótimo e vale a pena participar das reuniões, pois são oportunidades para esclarecimento de assuntos que nos afetam no dia-a-dia!.

Artes Plásticas

Nos dias 10 e 11 de julho (sábado e domingo), de 10 a 19 horas, a cidade de Niterói será palco de *Niterói Artes de Portas Abertas*, evento produzido pela artista plástica Luzia Veloso, que deseja compartilhar o sonho de que a cidade “seja tomada pela arte que quer encontrar seu público, manifestar-se, fazer-se sentir”. Pelo convite, várias ruas dos bairros de Icaraí, Santa Rosa, Ingá, S. Domingos, S. Francisco e Charitas terão artistas expondo... Vamos prestigiar e alimentar o nosso espírito com beleza...? Consulte o mapa mostrando o local das exposições.



Comemorando os 12 anos da ASPI

No dia 14 de julho de 2004 a ASPI estará comemorando o seu 12º aniversário. Por este motivo, estaremos marcando a data com diversos eventos durante as semanas de julho:

- **Dia 1º/7 (quinta-feira)** – Almoço comemorativo, na sede, a partir das 12h30min e apresentação dos “Atores do Grupo Normal”, que representarão esquetes da comédia “Teatro a vapor”, de Artur Azevedo que, como sabemos, é um autor clássico da literatura brasileira. Embora essa peça tenha sido lançada no início do século XX, a atualidade das obras do autor é grande, já que ele tem no momento quatro peças em cartaz no Rio de Janeiro;
- **Dias 10 e 11 (sábado e domingo), das 10 às 19 horas** – *Niterói Artes de Portas Abertas* (ver nota específica e localização dos eventos neste Boletim);
- **Dia 14 (quarta-feira), às 16 horas** – *Sarau do Grupo da Grotta*, sob a regência do maestro Márcio Paes Selles, seguido de lanche comemorativo;
- **Dia 20 (terça-feira), a partir de 9h30min** – *Café da Manhã*, em homenagem aos aspianos das áreas de Ciências Econômicas, Administração, Contabilidade e Matemática;
- **Dia 27 (terça-feira), às 9h30min** – *Café da Manhã*, em homenagem aos aspianos das áreas de Geociências, Física e ICHF.

Café da Manhã: mais um dia de comemoração...

Está programado mais um *Café*, no **dia 29 de junho**, que terá como convidados especiais os profissionais das áreas de Enfermagem e de Nutrição. A programação promete, e quem vier aproveitará belos momentos de lazer, integração e muito carinho.

Água – a falta que ela faz (Continuação do número anterior)

A situação brasileira: pobre país rico

“Abençoado com 13% de toda a água doce disponível no mundo, teoricamente o Brasil não deveria se preocupar com a escassez”. Mas, não é isso que acontece. Pegorin aponta-nos que, segundo o geólogo Aldo Rebouças, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, criou-se uma falsa impressão de que os brasileiros têm água para dar, vender e desperdiçar e “não é apenas o usuário doméstico que usa água demais sem necessidade”. Para o geólogo, “indústrias e agricultores não têm o costume de reciclar a água que usam e as companhias de tratamento e distribuição governamentais ignoram os quase 70% de água que não chegam às torneiras por causa dos vazamentos.”

Isto, explica a autora, “é a cultura do desperdício que, somada ao crescimento das populações urbanas, acabou trazendo ao dia-a-dia do brasileiro um palavrão antes desprezado: racionamento”, já comum em algumas regiões do país, como em Recife que, “desde 1998, tanto por causa da precariedade do gerenciamento das redes de abastecimento quanto pela falta de chuvas na região, seus moradores deixaram de lado os tempos de fartura líquida”. E até São Paulo, já “se acostumou a ver as torneiras secas nos dias de rodízio”.

Segundo o geólogo, “infelizmente, 78% da água do país se concentra na região Norte, a mais desabitada”. E adverte para a necessidade de cada cidadão poupar hoje para não ficar sem água amanhã...

À beira do racionamento

Flávia Pegorin nos informa que o “governo se prepara para iniciar o racionamento em dezenas de municípios antes imunes à falta d’água” e que “o problema se estende também à falta de energia elétrica nos estados do Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e na região Sul, que nunca antes havia enfrentado esse tipo de problema. O consumo de energia elétrica, que depende de usinas bem abastecidas de água, cresce ao ritmo de 5% ao ano”. Para atender tal demanda o governo calcula que seria necessário construir uma hidrelétrica de Itaipu a cada quatro anos. Para minimizar o problema, a alternativa foi diminuir o consumo buscando atingir um consumo de menos de 20 a 25% de energia, o que causou protestos pelo Brasil afora, como o do presidente da Volkswagen do Brasil, Herbert Demel: “Se o Brasil não oferecer água, eletricidade e estradas, fechamos a fábrica para fazer carros em outro país”.

Na intenção de acabar com uso indevido da água, principalmente da indústria e da agricultura, em 2002, começou uma cobrança para os que captam o recurso na bacia do Paraíba do Sul (parte dos estados do Rio de

Janeiro, Minas Gerais e São Paulo). Pegorin explica que, “a água que chega às residências, na verdade, não tem custo para a população. Paga-se, sim, pela captação, tratamento e distribuição do produto. Já indústrias, agricultores e empresas de fornecimento captam diretamente dos rios e não desembolsam um centavo por isso. Algumas delas até poluem o mesmo rio que utilizam”.

A cobrança, segundo o secretário do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, Edilson de Paula Andrade, não serve apenas à arrecadação, mas educa as empresas a evitar desperdícios”. (...) “A taxa levará em consideração, além do volume usado, o estado da água devolvida ao manancial”.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Agência Nacional de Água (ANA)

APRESENTAÇÃO

Em função de condições de escassez em quantidade e/ou qualidade, a água deixou de ser um bem livre e passou a ter valor econômico. Esse fato contribuiu com a adoção de novo paradigma de gestão desse recurso ambiental, que compreende a utilização de instrumentos regulatórios e econômicos, como a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A experiência em outros países mostra que, em bacias que utilizam a cobrança, os indivíduos e firmas poluidores reagem internalizando custos associados à poluição ou outro uso da água. A cobrança pelo uso de recursos hídricos, mais do que instrumento para gerar receita, é indutora de mudanças pela economia da água, pela redução de perdas, pela gestão com justiça ambiental. Isso porque cobra-se de quem usa ou polui.

A Lei 9984/2000, que instituiu a Agência Nacional de Águas – ANA, atribuiu a esta Agência a competência para implementar, em articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União. Na esfera estadual, atualmente 24 estados e o Distrito Federal já aprovaram suas Leis sobre Política e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Todas as leis já aprovadas incluíram a cobrança pelo uso dos recursos hídricos como instrumento de gestão.

Fonte: www.ana.gov.br. Acesso em 14/06/04)

Fonte: PEGORIN, Flávia. *Água – está na hora de poupar*. Revista *Galileu*, jun. 2001, ano 10, nº 119, p. 46-47
(continua no próximo número)

Reforma Universitária (Continuação)

A proposta da autonomia universitária do governo Lula

No documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto de 20 de outubro de 2003, composto por membros da Casa Civil, da Secretaria Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Educação, a autonomia universitária é abordada de forma restrita às universidades federais, em sua segunda parte. As três restantes, citadas a seguir, completam as partes básicas em que se divide o documento: ações emergenciais, para o enfrentamento imediato da crítica situação das universidades federais; linhas de ação imediata que possam complementar recursos e, ao mesmo tempo, propiciar um redesenho do quadro atual; etapas necessárias para a formulação e implantação da reforma da universidade brasileira.

Uma observação, mesmo que superficial, do esboço até aqui apresentado, dá para perceber que o documento não apresenta um projeto de reforma universitária, mas é apenas um texto que oferece sugestões para a superação da atual crise em que vive o nosso ensino superior e idéias para uma posterior reforma universitária brasileira.

Os proponentes do documento tratam a autonomia nos seguintes tópicos:

– A autonomia deve conferir à universidade, de forma participativa e transparente, competência para dispor sobre sua organização administrativa, suas questões financeiras e suas políticas em matéria educacional, sem interferência de outros órgãos do Governo, nos limites constitucionais. A relação com o Governo e o Estado se daria no momento de sua avaliação, quanto aos aspectos da boa gerência, feita pelo TCU, e pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior do MEC.

– A autonomia didático-científica confere à universidade, sob a égide do pluralismo de idéias, o direito à liberdade do ensino e de comunicação do pensamento. No âmbito da autonomia didática estariam: o direito de organizar ensino, pesquisa e extensão, de criar e extinguir cursos, de elaborar e estabelecer currículos para a graduação e pós-graduação, de estabelecer critérios de acesso de alunos em todos os níveis e de conferir certificados e diplomas.

– A autonomia científica se refletiria na organização da universidade, assegurando autonomia organizacional referente ao desenvolvimento das disciplinas científicas. A autonomia científica possibilitaria à universidade, por exemplo, desenvolver pesquisas que não possuíssem imediata relevância política ou econômica. Entretanto, pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso, o MEC daria o reconhecimento social às universidades comprometidas em realizar pesquisas voltadas para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. A relação entre universidades e Estrado se dará pelo Sistema

Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior, que classificará as instituições e cursos conforme a qualidade que elas apresentam, em suas funções acadêmicas e conforme o cumprimento de seus compromissos com a sociedade e o país.

– A autonomia administrativa asseguraria à universidade capacidade decisória para, de um lado, administrar os seus serviços, agindo e resolvendo *interna corporis* os assuntos de sua própria competência e, de outro, disciplinar suas relações com os corpos docente, discente e administrativo que a integram.

As prerrogativas inerentes à autonomia administrativa seriam:

a) estabelecer a política geral da universidade para a consecução de seus objetivos;

b) elaborar, aprovar e reformar seus estatutos;

c) elaborar, aprovar e reformar os regimentos de suas unidades e demais órgãos;

d) constituir colegiados superiores, com a presença obrigatória de membros da comunidade externa;

e) escolher seus dirigentes segundo as normas previstas nos seus estatutos e na sua legislação interna;

f) contratar, nomear, demitir, exonerar e transferir servidores docentes e não docentes, obedecidas as normas legais pertinentes estabelecidas e m seus regimentos e respeitados os direitos dos trabalhadores;

g) decidir seu plano de carreira;

h) fixar acordos, contratos, convênios e convenções;

i) elaborar, aprovar e alterar regulamento próprio para licitação observando as normas gerais e os princípios básicos estabelecidos em lei.

No âmbito da autonomia administrativa, a universidade estaria dotada da capacidade de se organizar e regulamentar suas próprias atividades-fim.

A autonomia financeira outorgaria à universidade o direito de gerir e aplicar seus próprios bens e recursos, em função de objetivos didáticos, científicos e culturais já programados. Obviamente, esse aspecto da autonomia universitária não deve dispensar a universidade dos sistemas de controle interno e externo.

Com respeito à autonomia financeira e patrimonial, as universidades federais teriam seus recursos previstos no orçamento de 2004, acrescidos de recursos do Programa Emergencial e os recursos provenientes do Pacto de Educação pelo Desenvolvimento Inclusivo (...). Além disso, elas poderiam captar recursos livremente, tanto no setor público quando no setor privado, podendo administrar esses recursos de acordo com suas normas próprias e estatutos. As universidades federais prestariam contas ao TCU, quanto ao uso austero e honesto dos recursos, e ao MEC, no que se refere ao produto obtido, conforme a avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior.

A proposta da autonomia... (continuação)

Ao mesmo tempo, para exercer uma autonomia não-autista, sem isolar-se do povo que a manteve, as universidades federais precisariam incorporar representações da sociedade em seus órgãos colegiados.

A autonomia das universidades federais no uso de seus recursos não pode ser exercida sem a participação efetiva de sua comunidade nas decisões relativas a fontes e uso de recursos. A comunidade universitária, nos seus três segmentos, deve conhecer *a priori* e participar da decisão que aceite e legitime a fonte e defina o destino de seus recursos.

Muitas são as questões que podem ser levantadas a respeito dessas colocações:

1. Como pode ser constatado nos tópicos apresentados, não é feita qualquer referência ao artigo 207 da Constituição de 1988, que prevê a autonomia no ensino superior brasileiro. Pergunta-se: a) os proponentes então são os autores desse dispositivo em nossa legislação? b) qual a representatividade do Grupo Interministerial para modificar a caracterização de autonomia que consta de nossa Carta Magna? c) por acaso a autonomia sugerida pelo atual documento estaria sendo prevista tendo em vista uma futura MP relativa a uma PEC para a futura reforma do ensino superior brasileiro? (a Universidade XXI no Brasil)?

(Continua no próximo número)

ASPI-UFF 1992-2004: Celebrando a resistência (Continuação da 1ª página)

E cresceu. Tomou a forma de uma política econômica que recusava o social e de ações que se voltavam contra os aposentados e pensionistas, especialmente os do serviço público. Agora eles eram culpados de se aposentarem cedo com salários altos sem terem contribuído para isso; eram transformados em causa dos problemas da previdência social e do déficit público. As reformas propostas no governo Fernando Henrique Cardoso apontavam para a “correção” dessa pretensa injustiça via redução dos salários, taxaço dos inativos e revogação da paridade entre ativos e inativos.

A chama que foi acesa naquele 14 de julho se transformou em archote que iluminou o caminho da luta e nos transformou em guerreiros. Fomos capazes de rever nossos objetivos, de nos reformularmos para marchar em defesa de nossos direitos, de superar nossas inibições e partir para as ruas. Nessa hora não poderíamos nos dar ao luxo de apenas priorizar o lazer: nunca deixaríamos de exercer a nossa cidadania. Mudamos nosso estatuto. Continuamos não sendo sindicato, mas defendemos as políticas, os direitos e as reivindicações específicas dos aposentados e pensionistas, somando-nos às lutas dos sindicatos de nossa categoria, mantendo os compromissos com as universidades públicas e com os colegas docentes da ativa. Conseguimos grandes vitórias atuando no Legislativo e na Justiça e barramos os atentados inconstitucionais aos nossos direitos adquiridos. Em meio à luta, conquistamos a nossa sede própria, reafirmando a nossa autonomia. Continuamos participando da vida da Universidade Federal Fluminense, como membros dos

conselhos superiores, e da vida da cidade defendendo os direitos dos idosos.

E crescemos. A nossa luta se estendeu assim como os nossos compromissos. Agora formamos um bloco com os aposentados de todo o país, juntando forças com outras associações para a luta em comum. Nossa liderança é reconhecida, cabendo-nos a presidência da Federação Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas das Instituições Federais de Ensino Superior (FENAFE). Nossa sede se transformou em um centro dinâmico não apenas de lutas, mas também de lazer e de celebração da vida, onde, ao mesmo tempo em que ensarilhamos nossas armas, cantamos, dançamos e damos expressão às artes.

Nesses 12 anos construímos e continuamos a construir. E principalmente, junto a muitos companheiros de luta, estamos fazendo com que nossa voz seja ouvida. A Bastilha se transforma em Hidra, com muitas cabeças a renascer. Elas surgiram novamente de onde não esperávamos: o novo governo assumiu a política e o discurso da era Fernando Henrique Cardoso, conseguindo aprovar medidas contra os aposentados e pensionistas. Mas nós também somos muitas cabeças e muitos braços para continuar a luta, levantando e conduzindo os archotes das nossas reivindicações. Estamos lutando e nessa luta estamos também nos reconstruindo e renovando: nesse 14 de julho lembremos que estamos celebrando os 12 anos de nossa Associação e esperemos com confiança os dias de glória que estão por vir.

Aniversariantes



Julho

Neste mês, nosso abraço vai para os seguintes aspianos:

Dia

- | | | | | | |
|---|--|------------------------------|--|----|--|
| 1 | Acyr de Paula Lobo
Marcos da Rocha Vaz | Maria Sonia Soares Grunblatt | Jandira Souza Thompson Motta | | |
| 2 | Jussara Mousquer Salles | 10 | Maria de Lourdes Caliman
Marize Arcuri Magalhães; | 19 | Maria Cely Braga
Mariléa Abunahman Matuck; |
| 3 | Elza Peçanha
Najla Maria Restum Miguel | 11 | Milma Lannes Duarte de Souza | 20 | Ismênia de Lima Martins,
Maria Helena de Lacerda Nogueira
Maria Maia de Oliveira Berriel |
| 4 | Jeanette Mara Torres da Matta | 14 | Humberto Braga de S. Machado
Joaquim Cardoso Lemos,
Maria Lúcia de Magalhães | 23 | Zilda Clarice Rosa Martins Nunes |
| 5 | Auta Iselina Stephan de Souza
Maximiano de Carvalho e Silva | | Paulo Roberto de Castro Araújo | 24 | Braz Afonso de Souza Sanchez
Mírian Garcia Nogueira |
| 6 | Luiz Antonio Constant R. da Cunha
Suely Reis Pinheiro | 16 | Ilka Dias de Castro
Maria José de Souza C. Gomes
Josier Marques Vilar | 25 | Nízia Seródio de Melo
Jorge Mamede de Almeida; |
| 7 | Janette Maciel Pacheco
Jomar Lúcia de Ávila
Nélia Bastos
Roberto Manoel Alves | 17 | George Washington Lait
Levi Ribeiro de Almeida
Waldenir de Bragança | 26 | Edila Maria Vieira Saddy; |
| 8 | Inês Diniz Silveira
Suzanna Parente de Mello | 18 | Blasco Parreiras
Doulivar Beranger Monteiro
Guido Heeren | 29 | João Baptista Bastos e Nadine
Harchambois de Mello; |
| 9 | Carmen Maria de Oliveira C. Lins | | | 30 | Mauro Pereira de Carvalho Salek |
| | | | | 31 | Maria do Amparo Tavares Maleval
Rosalvo do Valle. |